



Quadro fiscal melhora, mas segue muito influenciado pela inflação, diz IFI

Instituição Fiscal Independente refaz análise de projeções para inflação, taxa de juros, dívida pública, teto de gastos e outros indicadores

A Instituição Fiscal Independente (IFI) divulga nesta quarta-feira (18) o relatório de acompanhamento fiscal do mês de maio, com uma revisão completa dos cenários macrofiscais para 2022 e 2023 e projeções até 2031.

Cenário macroeconômico

Desde a última revisão do cenário econômico, promovida em dezembro de 2021, o ambiente externo piorou bastante com invasão da Ucrânia. As pressões inflacionárias no Brasil, que já vinham se acumulando antes da guerra com os desequilíbrios gerados pela pandemia, agora aumentaram.

No cenário base, a taxa de inflação medida pelo IPCA deve atingir 7,9% em 2022 e 4,0% em 2023, o que configura uma revisão de 2,5 e 0,8 pontos percentuais em relação ao cenário divulgado pela IFI em dezembro. Também se espera que a taxa básica de juros, a Selic, encerre o ano de 2022 em 13,25%, diminuindo para 9,5% em 2023.

Em relação ao PIB, na revisão anterior, previa-se um crescimento de 0,5% em 2022. O novo relatório aumentou a projeção para 1,0%, motivado pela melhora da atividade econômica e pelo efeito positivo das liberações de recursos do FGTS sobre o consumo das famílias no segundo trimestre. Para 2023, prevê-se a redução da projeção do PIB de 2,0% para 1,0%, influenciada por uma política monetária mais restritiva sobre o desempenho da demanda interna.

A IFI estima que, em um cenário pessimista, em que haja agravamento dos conflitos na Ucrânia e uma desaceleração mais aguda da economia chinesa sobre as exportações, o que aumentaria os riscos fiscais no âmbito doméstico, o valor do dólar poderia chegar a R\$ 5,57 no fim de 2022, e o crescimento médio do PIB de 2024 a 2031 seria de 1,3% ao ano. Já a taxa real de juros ficaria em um patamar mais elevado, de cerca de 5,3% ao ano.

No cenário otimista, uma travessia pacífica pelo ano eleitoral e a dissipação dos choques causados pela pandemia e pela guerra na Ucrânia sobre os preços de matérias-primas abririam espaço para maior crescimento econômico e redução mais rápida da taxa de desemprego, além de reduzir as pressões inflacionárias. Nesse ambiente, a taxa de câmbio alcançaria R\$/US\$ 4,70 até o fim de 2022. Entre 2024 e 2031, a taxa média de crescimento do PIB seria de 3,2% e a taxa real de juros caminharia para um patamar de 2,9% ao ano.

Receitas primárias

A inflação mais alta neste e no próximo ano melhorou as estimativas para as receitas administradas e para a arrecadação líquida da Previdência Social no curto prazo. Nesta revisão de cenários, a IFI projeta uma alta no PIB nominal de 11,7% em 2022 e 6,9% em 2023, contra 8,8% em 2022 e 7,1% em 2023 na revisão de dezembro de 2021.

As mudanças no recolhimento de tributos anunciadas recentemente pelo governo trarão impacto negativo para a arrecadação no curto prazo. A redução do PIS/COFINS sobre os combustíveis impactará a arrecadação de R\$ 17,6 bilhões entre março e dezembro deste ano. Já a redução de 35% nas alíquotas do IPI implicará uma perda de recolhimento de R\$ 7,6 bilhões para a União e de R\$ 11,1 bilhões para estados e municípios em 2022.

A IFI também considerou, no cenário pessimista, a atualização das faixas de recolhimento do Imposto de Renda para pessoa física. Os cálculos se basearam na Nota Técnica nº 49 da Instituição. A perda de arrecadação para a União poderia chegar a R\$ 8,6 bilhões ainda neste ano. Em 2031, a perda de receita poderia chegar a R\$ 30,4 bilhões. Já estados e municípios perderiam R\$ 4,6 bilhões em 2022 e R\$ 16 bilhões daqui a dez anos.

Despesas primárias e teto de gastos

No cenário base, a despesa primária deverá chegar a R\$ 1.764,5 bilhões ou 18,2% do PIB em 2022. O recuo frente aos 18,6% do PIB alcançados em 2021 decorre do aumento esperado para o PIB nominal acima do aumento projetado para as despesas. Em relação ao cenário de dezembro, a nova projeção de despesas para 2022 indica crescimento nominal de 1,8% e uma queda de 0,2 p.p. em razão do PIB. Ou seja, o gasto previsto aumentou, mas a evolução do PIB nominal foi ainda maior, provocando o recuo da despesa em percentual do Produto.

Os cenários da IFI consideram reajuste salarial de 5% aos servidores federais a partir de julho de 2022 e a manutenção do gasto com o programa Auxílio Brasil de 2023 em diante.

As novas projeções para o médio prazo ficaram levemente acima do cenário traçado em dezembro de 2021 para o período de 2022 a 2026. A partir de 2027, a despesa no cenário base apresenta uma distância maior e fica sistematicamente acima do cenário anterior. Isso se deve às Emendas Constitucionais nº 113 e nº 114, que criaram o limite de pagamento para precatórios e sentenças judiciais entre 2022 e 2026.

No cenário base, o gasto primário deve recuar para 15,8% do PIB até 2031, mas o risco de descumprimento do teto se tornaria elevado em 2026, quando a projeção para o gasto discricionário passaria a ficar abaixo do patamar mínimo considerado pela IFI para a manutenção das políticas públicas.

Resultado primário

Com a melhora das estimativas de arrecadação, nova projeção para o deficit primário do governo central em 2022 é de R\$ 19,2 bilhões ou 0,2% do PIB. O deficit é levemente menor do que os R\$ 33,7 bilhões de 2021. A expectativa atual do governo é um deficit primário de R\$ 65,2 bilhões.

No novo cenário base, o primário melhora levemente até atingir superavit em 2025, mas em 2027 volta a apresentar deficit devido ao encerramento da vigência da regra que limita o pagamento dos precatórios e sentenças judiciais. Os cenários otimista e pessimista contemplam os riscos negativos e positivos que afetam a trajetória prevista para os principais parâmetros macroeconômicos.

Dívida pública

As novas projeções de dívida bruta indicam que ela deve fechar 2022 em 78,9% do PIB, motivada pela expectativa de maior superávit primário no setor público puxado pela arrecadação dos governos regionais. No cenário de médio e longo prazo, a IFI estima que a DBGG deve oscilar em torno de 80% do PIB até 2031. Nos cenários alternativos, a dívida deve convergir para 54,5% (otimista) e 128,6% (pessimista) do PIB.

Relatório de Acompanhamento Fiscal

Produzido mensalmente pela IFI, o RAF traz avaliações conjunturais sobre a macroeconomia, receitas e despesas públicas, e o ciclo orçamentário. Duas vezes por ano, o relatório também traz atualizações das projeções macrofiscais da IFI para os próximos anos, na forma de cenários base, otimista e pessimista. Esses cenários são simulados pela instituição a partir de pressupostos para os parâmetros orçamentários, incluindo o PIB, a inflação e a taxa de juros. Como resultado, são apresentadas trajetórias para os indicadores fiscais, como o resultado primário e a dívida bruta. Acesse-o em <https://www12.senado.leg.br/ifi/relatorio-de-acompanhamento-fiscal>.

Serviço:

Instituição Fiscal Independente

Assessoria de Comunicação – Carla Caldas

www12.senado.leg.br/ifi | ifi@senado.leg.br

Facebook: <https://www.facebook.com/INSTITUICAOFISCALINDEPENDENTE>

Instagram: <https://www.instagram.com/ifibrasil>

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/company/26273345>

Twitter: <https://twitter.com/IFIBrasil>

Currículos dos entrevistados

Daniel Couri

Economista pela Universidade de Brasília (UnB), pós-graduado em orçamento público pelo Instituto Serzedello Corrêa (ISC/TCU) e mestre em economia do setor público pela UnB. É servidor público desde maio de 2006. Até 2008, foi analista de planejamento e orçamento do Ministério do Planejamento. De 2008 a 2014, foi auditor federal de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU), atuando na área de macroavaliação governamental. Foi tutor de diversos cursos na área de finanças públicas para o TCU e para a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Desde 2014, é consultor do Senado Federal, tendo coordenado por dois anos a área de receita e macroeconomia da consultoria de orçamentos. Atualmente, está cedido pela consultoria à IFI.

Vilma Pinto

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2014) e mestrado em Economia Empresarial e Finanças pela Escola Brasileira de Economia da Fundação Getúlio Vargas – FGV/EPGE (2018). Foi assessora econômica na Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná (SEFA PR). É pesquisadora licenciada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas - IBRE/FGV. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em finanças públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: arrecadação tributária, reforma tributária, responsabilidade fiscal e déficit público.

Alexandre Andrade

Economista, com graduação e mestrado pela FEA-USP. Foi professor do curso de Economia da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap), professor de cursos de MBA e de extensão da Fipe, onde também atuou como pesquisador entre 1998 e 2005. Foi economista-sênior da Tendências Consultoria Integrada entre 2007 e 2011, acompanhando temas de atividade econômica, além de ter participado de trabalhos envolvendo projetos e pareceres. Atuou também como economista-coordenador da Votorantim Corretora entre 2011 e 2013, responsável pela elaboração de cenários macroeconômicos e setoriais, atendendo aos públicos interno e externo da corretora. Foi economista-chefe da empresa de consultoria GO Associados entre 2013 e 2016, responsável, entre outros, pela implantação de uma área de pesquisa macroeconômica. No Senado Federal, foi assessor da Senadora Lúcia Vânia entre 2016 e 2018, responsável pelo acompanhamento da tramitação e do conteúdo de projetos de lei nas comissões temáticas e no plenário da Casa, além de atuar diretamente na elaboração de relatórios legislativos para a parlamentar.

Rafael Bacciotti

Mestre e bacharel em economia pela FGV/EESP. Foi analista da Tendências Consultoria, responsável pela análise e projeções dos indicadores de atividade econômica e mercado de trabalho, tendo atuado também na elaboração de projetos com a aplicação de

modelos econométricos (2009-2017). Tem artigos publicados nos principais jornais: Folha de S. Paulo, Valor Econômico e O Estado de S. Paulo.